

Brasil deve pagar em junho ao Clube de Paris parte da dívida vencida

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Banco Central (BC) está procedendo aos levantamentos necessários das cifras que envolvem o principal e os juros em atraso da dívida contraída junto a agências governamentais e com o aval de governos, no âmbito do Clube de Paris, para retomar parte dos pagamentos.

"O BC desenvolve no momento os cálculos para saber quanto poderemos pagar", informou a este jornal, na sexta-feira, o coordenador para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Alvaro Alencar. Os exercícios são feitos a partir das expectativas quanto ao comportamento das contas externas do País e passam também pela situação dos valores em atraso ao nível de cada um dos quinze governos credores.

Os atrasados referentes a 1985 somam US\$ 1.912 bilhão — sendo US\$ 1.216 bilhão de principal — entre juros e amortizações retidos no BC. Com relação a este ano, os pagamentos em atraso chegavam a US\$ 378 milhões até o final de março. Só com o Eximbank, dos Estados Unidos — a maior agência credora, individualmente —, a dívida não quitada, entre principal e juros, está calculada em US\$ 400 milhões, entre janeiro de 1985 e abril deste ano, conforme levantamento do governo norte-americano.

CONDICÕES

A expectativa dos credores, conforme este jornal apurou junto a uma fonte vinculada ao governo de um de aqueles países, é de que no mês de junho o Brasil venha a efetuar o pagamento de parte dos atrasados. O ideal, para os credores, seria que o governo brasileiro pagasse tudo o que está pendente, mas eles sabem que isto é difícil. Estão, de qualquer modo, mais satisfeitos porque "é melhor receber alguma coisa do que nada".

Deste pagamento, do qual não se tem ainda informações sobre montantes, é que está dependendo a retomada dos entendimentos para a assinatura de um acordo global em torno da dívida em atraso remanescente e daquela que vencerá daqui por diante, até meados de 1987.

Extreme

O período de consolidação é o mesmo que consta do acordo feito no âmbito do Clube de Paris, em 1984, abrangendo contratos de financiamentos com agências governamentais ou tomados com aval de governos até 31 de março de 1983. Os juros e o principal retidos pelo BC relacionam-se apenas aos empréstimos tomados até aquela data, já que os pagamentos de dívidas contraídas após 31 de março de 1983 estão escoando normalmente para o exterior, tanto o principal quanto os juros.

Os governos dos países credores estão, portanto, aguardando uma manifestação do governo brasileiro para saber o quanto será pago e o que será pago, se juros atrasados ou correntes, e se parte do principal estará embutida neste "pagamento voluntário". Para isto, de qualquer modo, não será preciso reunir os representantes dos países credores em Paris. Basta apenas que o dinheiro seja remetido pelo BC para as entidades com as quais está em débito. O fórum do Clube de Paris, conforme observou a fonte estrangeira, foi criado para tratar não de detalhes como o do pagamento de atrasados mas sim de discussões mais amplas envolvendo as linhas gerais para renegociação de dívidas de governo a governo.

ABERTURA

Assim que o Brasil tiver efetuado a remessa dos atrasados terá facilitado o caminho para a retomada dos entendimentos no Clube de Paris. Neste ponto começarão a ser colocadas na mesa as posições em torno de prazos, embora a previsão seja de que o governo brasileiro vá pleitear junto aos governos credores as mesmas condições — prazo de sete anos para pagamento, com cinco de carência — que foram acertadas com os bancos privados, envolvendo as amortizações de 1985.

INSIDER — Os especialistas de Wall Street prevêem grande agitação no mercado assim que a Securities and Exchange Commission (SEC), a comissão de valores mobiliários norte-americana, avançar nas investigações do caso de "insider trading" de Dennis B. Levine, corretor acusado de lucros ilegais de US\$ 12,6 milhões.